

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2021



FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO EXECUTIVA

Manoel Galdino

SUPERVISÃO

Juliana Sakai

EDIÇÃO

Marina Atoji

REDAÇÃO

Guilherme Barbosa

Jonas Coelho

Marina Atoji

LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Mariana Santoli



ÍNDICE

Quem somos	4
Carta dos diretores	5

TRANSPARÊNCIA

Acesso a informações na área socioambiental	8
---	---

Fortalecimento da LAI e diagnósticos	8
--	---

Transparência das Leis Orçamentárias Anuais	9
---	---

Transparência no uso de algoritmos	10
--	----

Ações em órgãos de Justiça e controle	10
---	----

CONTROLE SOCIAL.....

Monitoramento da educação	12
---------------------------------	----

Remuneração no sistema de Justiça	13
---	----

Compras públicas	13
------------------------	----

INTEGRIDADE.....

Mudanças legislativas	15
-----------------------------	----

Orçamento secreto	16
-------------------------	----

Open Government Partnership: Combate à corrupção	16
--	----

COMBATE À COVID-19.....

Foco na produção de conteúdo e controle social	18
--	----

COMUNICAÇÃO.....

Panorama geral	21
----------------------	----

Campanhas	25
-----------------	----

Eventos	26
---------------	----

FINANÇAS

ASSOCIADOS E DOADORES

FINANCIADORES



QUEM SOMOS

EQUIPE

Manoel Galdino | Diretor executivo

Juliana Sakai | Diretora de operações

Marina Atoji | Gerente de projetos

Jonas Coelho | Cientista de dados

Raul Durlo | Cientista de dados

Mariana Santoli | Analista de Comunicação

Bianca Berti | Analista de transparência e integridade

Guilherme Barbosa | Analista de transparência e integridade

Lorena Cardoso | Analista de administração e finanças

Jefferson Neves | Desenvolvedor de software

Samara Sonale | Desenvolvedor de software

Manuel Antunes | Estagiário em desenvolvimento de software

João Menezes | Estagiário em desenvolvimento de software

Marcos Vinícius | Estagiário em desenvolvimento de software

CONSELHO DELIBERATIVO

Eduardo Capobianco | Presidente

Kavita Miadaira Hamza | Vice-presidente

Bianca Vaz Mondo

Bruna Santos

Cecília Olliveira

Cláudio Ferraz

Guilherme Alpendre

Luiz Fernando Miranda

Marcela Cristina Arruda Nunes

Marcelo Kalil Issa

Maria Goretti Dal Bosco

Rubens Naves

CONSELHO FISCAL

Fábio Moraes da Costa

Henrique Gonçalves de Freitas

Paula Miadaira





CARTA DOS DIRETORES

O ano em revista e mirando o futuro

Em 2021, A Transparência Brasil deu continuidade ao trabalho de anos anteriores, com os devidos ajustes introduzidos pela pandemia de covid-19 em 2020. Continuamos lutando pela transparência, especialmente a socioambiental, promovendo o controle social com o Tá de Pé, e realizando *advocacy*, entre outras atividades e projetos.

O monitoramento da LAI, que acontece principalmente no escopo de nosso projeto Achados e Pedidos, foi bastante ativo em 2021. Realizamos mais de 50 pedidos de acesso a informação, que subsidiaram relatórios e análises, como o relatório em que apontamos que falha em quase 50% dos dados de acompanhamento de ações do Ministério do Meio Ambiente ou o mapeamento sobre negativas de pedidos de LAI com base na Lei Geral de Proteção de Dados. O projeto DadosJusBr, em parceria com a UFCG e o IFAL, avançou bastante na libertação de dados de remuneração de juízes e promotores e este ano vocês devem ouvir falar bastante desses dados e do projeto.

No controle social, a continuidade da pandemia nos obrigou a mudar nossos planos. No lugar de controle social feito por alunos e estudantes sobre a merenda escolar, aplicação de recursos do FUNDEB e aquisições de ônibus escolares, como no planejamento original, concentramos esforços em questões relacionadas à pandemia de covid-19. Desde a campanha caixa aberta, pela abertura de dados sobre a pandemia, incluindo vacinação, até a criação do chatbot Edu para monitorar o retorno seguro às aulas.

No campo do advocacy, as possibilidades de retrocesso se deram em múltiplas frentes e não foi possível acompanhar tudo. Quando a Câmara dos Deputados, sob a presidência de Arthur Lira, criou vários Grupos de Trabalhos para impor retrocessos a temas caros para a Transparência Brasil, ficou claro que seria um ano difícil nessa seara. Nós conseguimos evitar o primeiro retrocesso na PEC 03/2021, conhecida como PEC da impunidade, que era uma tentativa de evitar prisão em flagrante de parlamentares. Seguiram-se a reforma eleitoral, mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (LIA), PEC que alterava a composição do CNMP, entre outras tentativas de retrocesso. Destaco aqui nossa atuação na mudança da LIA. Embora o resultado tenha sido uma derrota para o combate a corrupção, a aproximação com o Legislativo poderá render outras articulações importantes no futuro. Por meio da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), conversamos com mais de 20 senadores, fomos ao Senado participar de audiência pública e tentamos um acordo para mitigar os danos, aproximando-nos de vários senadores no processo, o que será importante para ampliar nossa efetividade em contribuir com o aperfeiçoamento da legislação brasileira.

Este ano teremos eleições, e saberemos que seu resultado será determinante para nosso campo de atuação, de modo que é difícil planejar o futuro sem saber como será a composição do Congresso e quem estará na Presidência. De todo modo, sabemos que nosso principal desafio é sair da defensiva e angariar mais apoios para nossa agenda propositiva. A luta pela aprovação da LAI demorou 6 anos, em um contexto muito mais favorável. Mas a lição que devemos tirar é que precisamos semear agora para colher frutos no futuro. É com esse espírito que entramos em 2022.

Manoel Galdino
Diretor executivo

Juliana Sakai
Diretora de operações



TRANSPARÊNCIA

Na mesma medida em que os ataques ao direito de acesso a informações públicas se multiplicaram pelo terceiro ano consecutivo, a Transparência Brasil intensificou ações para alertar a respeito deles, pedir providências e reverter retrocessos.

Acesso a informações na área socioambiental

Por meio do projeto [Achados e Pedidos](#), financiado pela Fundação Ford e executado em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Agência Fiquem Sabendo, a Transparência Brasil divulgou **quatro análises sobre o grau de transparência de órgãos federais em relação às suas atividades-fim na área socioambiental**.

Os materiais repercutiram em meios de comunicação tradicionais e independentes, como o **levantamento que revelou falhas na transparência no Ministério do Meio Ambiente: alcançou ao menos 14 mídias**, dentre as quais [Estadão](#), [UOL](#) e [G1](#).



Foram protocolados **ao menos 50 pedidos de informação para obter dados relevantes** sobre preservação ambiental e políticas públicas para povos tradicionais, também rendendo pautas para a imprensa. As [contratações de brigadistas](#) pelo Ibama na temporada do fogo e o [baixo índice de regularização](#) de territórios quilombolas pelo governo federal atual são dois exemplos.

A ineficiência e falta de coordenação da Operação Verde Brasil 2 e do Conselho Nacional da Amazônia Legal foi exposta a partir de respostas da Vice-Presidência da República a pedidos de informação por [dados de arrecadação de multas](#) e por [atas de reuniões](#) do colegiado.

Fortalecimento da LAI e diagnósticos

Sob a coordenação da Transparência Brasil, o **Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas produziu quatro notas públicas, notas técnicas e cartas abertas** com resultados positivos.

Em maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) [revogou sua resolução](#) que limitava o recebimento de denúncias de descumprimento da transparência ativa, após manifestação da coalizão chegar ao ministro Bruno Dantas. No mês seguinte, o Fórum publicou uma nota técnica contra o sigilo imposto pelo governo fluminense às informações da operação policial na comunidade do Jacarezinho, a mais letal da história do RJ - contribuindo com a pressão para derrubar a restrição de acesso, o que ocorreu [uma semana depois](#), no âmbito de uma ação movida pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Conforme relatos sobre o mau uso da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para restringir o acesso a informações se difundiam na imprensa, o Fórum de Acesso publicou [um manifesto](#) pela prevalência do interesse público na aplicação da LGPD sobre informações relativas à administração pública.

Para demonstrar concretamente essa prática, a Transparência Brasil [mapeou as negativas de acesso a informações com base na LGPD](#) emitidas pela administração pública federal, revelando a prevalência do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) como origem das restrições. Em outra ação para chamar a atenção para o problema, o diretor-executivo Manoel Galdino [participou de audiência pública](#) na Câmara dos Deputados.

Com o alcance da marca de **10 anos da sanção da Lei de Acesso a Informação** em novembro, a TB publicou um balanço sobre o atendimento a pedidos pelo governo federal, **demonstrando a [piora no quadro de concessão de acesso a informações](#)**. O levantamento repercutiu em meios como a GloboNews.

Transparência das Leis Orçamentárias Anuais

Em dezembro de 2021, a TB analisou a disponibilização, de forma simples e direta, da íntegra da proposta orçamentária (PLOA) de maneira a permitir o acompanhamento de sua tramitação no Legislativo. Os resultados foram publicados em [relatório](#) que revelou que 48% das Assembleias Legislativas o acesso às PLOAs é difícil. No Executivo, o quadro também é ruim: o PLOA não foi localizado em 59% dos portais de transparência estaduais nem no federal.

A despeito das legislações que determinam a disponibilização das informações sobre o orçamento público de forma ampla, acessível e tempestiva (Lei de Responsabilidade Fiscal e LAI), a falta de transparência dos PLOAs revela um cenário desastroso, em afronta a obrigação legal do Estado de garantir a participação social na sua elaboração e ao princípio constitucional da publicidade.

Transparência no uso de algoritmos

A promoção da transparência e prestação de contas no uso de Inteligência Artificial (IA) pelo poder público, iniciada em 2020, manteve-se por meio da **publicação de [recomendações de governança](#) e de uma [metodologia de análise de riscos](#).**

Em duas ocasiões, a TB endossou manifestações contrárias à adoção de sistemas de IA que favoreceriam a violação de direitos humanos que resultaram em vitórias: o [reconhecimento facial no Metrô de São Paulo](#) e a [aquisição de um software de espionagem](#) massiva pelo governo federal.

A atuação na área foi reconhecida: **a Transparência Brasil passou a ser uma das organizações da sociedade civil do Comitê de Governança da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA)**, que norteia ações de desenvolvimento e uso de IA com base em princípios éticos, coordenando o Eixo 9, de Segurança Pública.

A TB também [submeteu contribuições](#) às recomendações da Unesco sobre uso ético da IA, como parte de uma parceria com o Global Policy Digital para fortalecer a atuação da sociedade civil global no tema.

Ações em órgãos de Justiça e controle

A Transparência Brasil inaugurou em 2021 seu uso da **litigância estratégica como forma de incidência** - e já obteve uma **vitória parcial**. Com o apoio da Rede Liberdade, propôs uma ação civil pública para suspender a aplicação da inviolabilidade profissional do advogado a pareceres jurídicos produzidos pela Advocacia-Geral da União (AGU) e pelas consultorias jurídicas do Executivo federal para embasar sanções e vetos presidenciais a projetos de lei. A Justiça Federal de São Paulo chegou a acolher o pedido liminar e [determinar a suspensão da aplicação desse sigilo](#), mas a [decisão foi revertida](#). O mérito da ação ainda será julgado.

Já em dezembro, em parceria com o Transparência Partidária, a Contas Abertas e a Transparência Internacional - Brasil, a Transparência Brasil protocolou um [pedido para atuar como amicus curiae](#) em ação que questiona, no STF, a prática conhecida como “Orçamento Secreto”.

Na área de transparência socioambiental, juntamo-nos à Fiquem Sabendo e à Abraji em uma denúncia ao Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de falhas na transparência do Cadastro Ambiental Rural (CAR).



CONTROLE SOCIAL

A Transparência Brasil teve forte atuação no campo do controle social em 2021. Instrumentalizando o uso de chatbots - cuja popularidade cresceu exponencialmente nos últimos anos -, foram lançadas três ferramentas nesse meio. Dando continuidade aos anos anteriores, houve publicação dos relatórios de acompanhamentos das obras federais, resultado da análise de dados coletados para o projeto Tá de Pé - Obras.

Monitoramento da educação

Por meio do projeto Tá de Pé - Obras, **a Transparência Brasil identificou irregularidades dentre as mais de 15 mil obras** de creches e escolas financiadas integral ou parcialmente pelo governo federal. Em [relatório inédito](#), apontou **mais de 2.000 obras com entrega atrasada e outras 2.500 obras que foram canceladas**, com mais de R\$ 60 milhões recebidos e não devolvidos pelos entes federativos responsáveis. O relatório foi destaque em veículos como o [Bom Dia Brasil](#), [SBT News](#), [G1](#) e [TV Cultura](#).

Em 2021, **o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) implementou**, em seu portal de acompanhamento de obras, **melhorias sugeridas pela Transparência Brasil em anos anteriores**. Agora, o site disponibiliza recibos das compras e histórico de pagamento das obras. Como, no entanto, outros pontos de melhoria como a elaboração de um dicionário de dados não foram adotados, a comissão externa da Câmara dos Deputados enviou um [Requerimento de Informação](#) ao FNDE solicitando esclarecimentos sobre a omissão.

A utilização dos dados de obras federais também resultou na elaboração de um [relatório de análise preditiva das obras paralisadas](#), em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. O algoritmo elaborado pela Transparência Brasil estimou com 82% de precisão que, de 2.747 obras paralisadas, apenas 68 têm probabilidade considerável de serem concluídas em até três anos e meio.

Evoluindo o projeto Tá de Pé - Obras, o aplicativo criado em 2017 para que cidadãos fiscalizassem obras de creches e escolas foi migrado para um chatbot. Através de um número de WhatsApp, usuários podem contribuir com fotos do andamento de obras de creches e escolas em seus municípios, bem como obter informações sobre obras próximas diretamente pela conversa, sem necessidade de downloads adicionais.

Uma parceria com a Fundação Tide Setúbal resultou no **relatório “[Professores e territórios](#)”, que identificou uma enorme disparidade salarial nas escolas públicas da capital paulista**. A pesquisa também apontou a correlação entre menores salários e maior proporção de alunos pretos, pardos e indígenas matriculados nas escolas, bem como os potenciais mecanismos causais para esse fenômeno. O relatório gerou grande repercussão, sendo noticiado no [SPTV](#) e [outros](#) veículos do grupo Globo, bem como no jornal [Folha de S. Paulo](#) e no programa [ALESP Cidadania](#).

Remunerações no sistema de Justiça

O portal [DadosJusBr](#) alcançou grandes avanços em 2021: após esforço intenso para criar ferramentas de raspagem de dados e padronizá-los, as remunerações de [todos os Tribunais de Justiça](#) foram inseridas e disponibilizadas para consulta do público.

A partir da constatação das dificuldades para obtenção dos dados, a Transparência Brasil assinou [um acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\) visando ampliar a transparência](#) e acesso aos dados de remunerações do Judiciário - já que o órgão os coleta e centraliza sua divulgação.

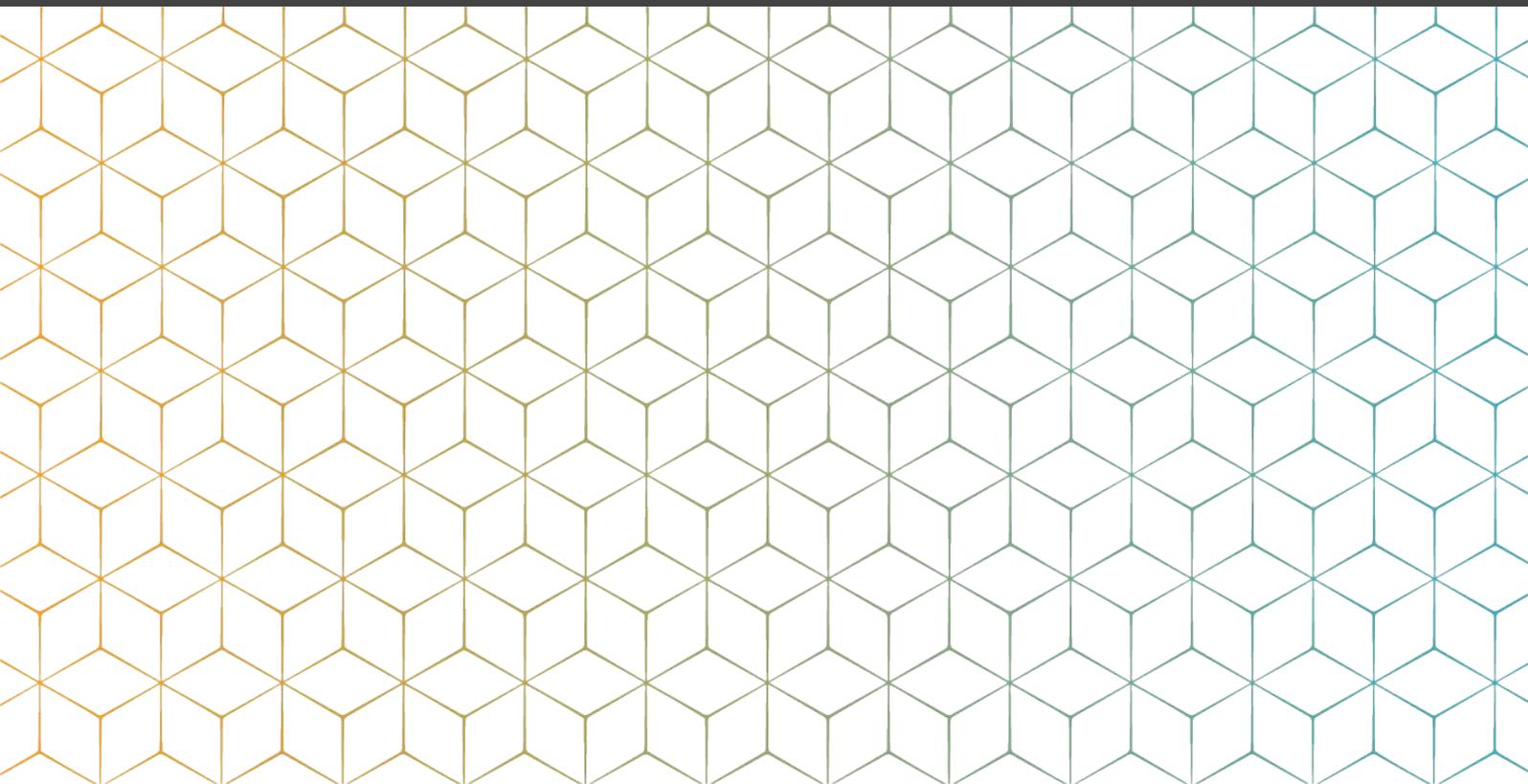
Uma [análise de dados focada na Paraíba](#) revelou ainda que o **teto constitucional para remunerações é frequentemente ultrapassado** tanto no Judiciário quanto no Ministério Público daquele estado, por conta do pagamento de indenizações (os chamados penduricalhos).

Compras públicas

O aperfeiçoamento dos dados a respeito de compras públicas continuou a ser um dos focos de atuação da Transparência Brasil.

Como parte das atividades do Tá de Pé Merenda, **foram analisados dados abertos sobre compras públicas de 32 Tribunais de Contas subnacionais**, resultando em [um relatório](#) que apontou a necessidade de melhorias em diversos campos para aumentar o controle social e institucional das cortes. O estudo recebeu destaque no [Poder 360](#).

Na plataforma do projeto, uma [nova funcionalidade foi implementada](#): a Malha Fina, uma seleção automatizada de compras e contratos com características incomuns, como produtos fora da área de atuação da empresa contratada ou empresas contratadas logo depois de serem fundadas. A ferramenta auxilia a detectar compras públicas que podem ter irregularidades. Além disso, no ano de 2021 as plataformas [Tá de Pé Compras Emergenciais](#) e [Tá de Pé Merenda](#) passaram a contar com dados de compras municípios e estado de Pernambuco, além dos dados de Rio Grande do Sul.



INTEGRIDADE

Os principais desafios na área de integridade em 2021 se desenrolaram no Congresso Nacional: desde as alterações na Lei de Improbidade Administrativa que impuseram retrocessos no combate à corrupção até a proposta de emenda à Constituição que ameaçava a independência do Ministério Público, passando pelo Orçamento Secreto. Ao mesmo tempo em que atuou nessas questões, a Transparência Brasil esteve atenta a ameaças às instituições e a oportunidades de propor aperfeiçoamentos.

Mudanças legislativas

Em um esforço conjunto com outras organizações da sociedade civil por meio da Rede Advocacy Colaborativo (RAC), a Transparência Brasil promoveu ações públicas e diálogos com vistas a impedir a aprovação de mudanças na Lei de Improbidade Administrativa (LIA). O texto formulado na Câmara dos Deputados impunha retrocessos em uma das principais legislações de combate à corrupção, sem os debates necessários.

Recuperando a expertise em mapeamento de ações judiciais contra pessoas públicas relacionadas à atuação na administração pública, a Transparência Brasil [revelou](#) que deputados com influência na elaboração e tramitação da proposta respondiam a processos por improbidade administrativa.

Além de uma [nota conjunta](#) apontando os cinco principais problemas da proposta, a TB publicou uma [nota técnica](#) chamando a atenção para um ponto que passava despercebido: a inviabilização de condenações por violações da Lei de Acesso a Informação.

Diante dos ouvidos moucos da Câmara, que aprovou o texto, restou o diálogo com o Senado, onde ainda seria analisado. O diretor-executivo da Transparência Brasil participou em setembro de [audiência pública](#) na Casa sobre o projeto, agendada após intensa mobilização de membros da RAC. Embora alguns dos principais problemas tenham sido ratificados, houve conquistas pontuais a partir de conversas com senadores.

Logo na sequência, fez-se necessária uma [manifestação](#) contra a iminente aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 05/2021, que tinha como objetivo alterar a composição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e acrescentar-lhe a competência de rever atos administrativos de membros do Ministério Público. O texto enfraqueceria, portanto, a independência do MP - e, mais uma vez, caminhava para ser aprovado sem o necessário debate com a sociedade. Neste caso, a pressão surtiu efeito e o projeto foi abandonado.

A chamada PEC dos Precatórios (PEC 23/2021), debatida em novembro, também mereceu [análise da Transparência Brasil](#), diante do risco que geraria para a prática de corrupção. Também atuamos contra a PEC da Imunidade (PEC 03/2021), conhecida como PEC da Impunidade, que buscou impedir que parlamentares fossem presos em flagrante, após o caso de Daniel Silveira (União Brasil-RJ). A PEC 03/2021 foi felizmente derrotada.

Orçamento secreto

Diante da revelação, pela imprensa, da distribuição de recursos do Orçamento da União a parlamentares em troca de apoio a projetos por meio das emendas do relator (mecanismo conhecido como “Orçamento Secreto”), a Transparência Brasil [acionou a Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#).

Em ofício assinado juntamente com outros membros do Conselho de Transparência e Combate à Corrupção da CGU (Agenda Pública, Instituto Ethos, Observatório Social do Brasil e Universidade de Brasília), a TB cobrou informações sobre as ações planejadas pelo órgão para apurar eventuais irregularidades e a ampliação da transparência sobre as emendas do relator. Com atraso, o ministro Wagner Rosário ofereceu uma resposta vaga.

O tema foi abordado também em [artigo publicado em fevereiro no Estadão](#), sob uma ótica diferente da corrente, mostrando que o problema é estrutural: depende-se muito do rigor ético dos parlamentares quando o foco deveria ser reduzir as janelas de oportunidade para que os políticos troquem seus votos por liberação de recursos para obras de seu interesse.

Open Government Partnership: Combate à corrupção

A Transparência Brasil é uma das representantes da sociedade civil no Compromisso 2 do [5º Plano de Ação Brasileiro na Open Government Partnership](#) (OGP): “Combate à Corrupção no Setor Público”. O tema foi escolhido para compor o Plano por ter sido considerado prioritário pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da OGP no Brasil - do qual a TB também é integrante - e ter sido um dos mais votados em consulta pública.

Buscou-se incluir, no Plano de Ação, uma pauta tradicionalmente cara à organização: a prevenção da corrupção por meio de melhoria da transparência sobre o fluxo de dinheiro público.



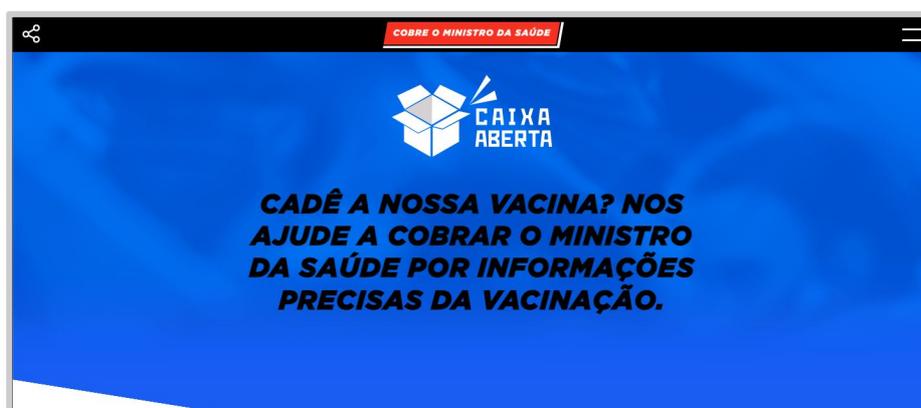
COMBATE À COVID-19

Em 2021, a crise sanitária que o mundo ainda atravessa desvelou repetidamente as limitações do Estado no trato com temas sensíveis relacionados à transparência e ao combate à corrupção. A negligência em relação aos mecanismos de coleta e disponibilização de dados-chave para formulação de respostas à pandemia de covid-19 e as novas janelas de oportunidade para corrupção se somaram aos inúmeros desafios de ordem econômica e de saúde pública enfrentados pelos brasileiros.

Foco na produção de conteúdo e controle social

Ainda em março de 2021 a TB elaborou, em parceria com outras organizações da sociedade civil, uma nota técnica na qual apresentou uma avaliação crítica sobre a qualidade e a disponibilidade dos dados relativos à vacinação contra a covid-19. A conclusão desta avaliação apontou que cerca de 70% das informações que deveriam ser públicas e acessíveis à sociedade estavam incompletas, indisponíveis ou inconsistentes.

Sob coordenação da TB, o Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas apresentou em maio um [pedido de informação](#) assinado por mais de 9000 pessoas ao Ministério da Saúde sobre os dados da vacinação não disponibilizados. A ação executada no âmbito da campanha [Caixa Aberta](#) revelou lacunas no Plano Nacional de Vacinação: ausência de prazo para cumprimento das metas de vacinação e entrega das doses recebidas. Além disso, o formato em que os dados foram divulgados dificultava a coleta e uso dos dados, comprometendo o controle social.

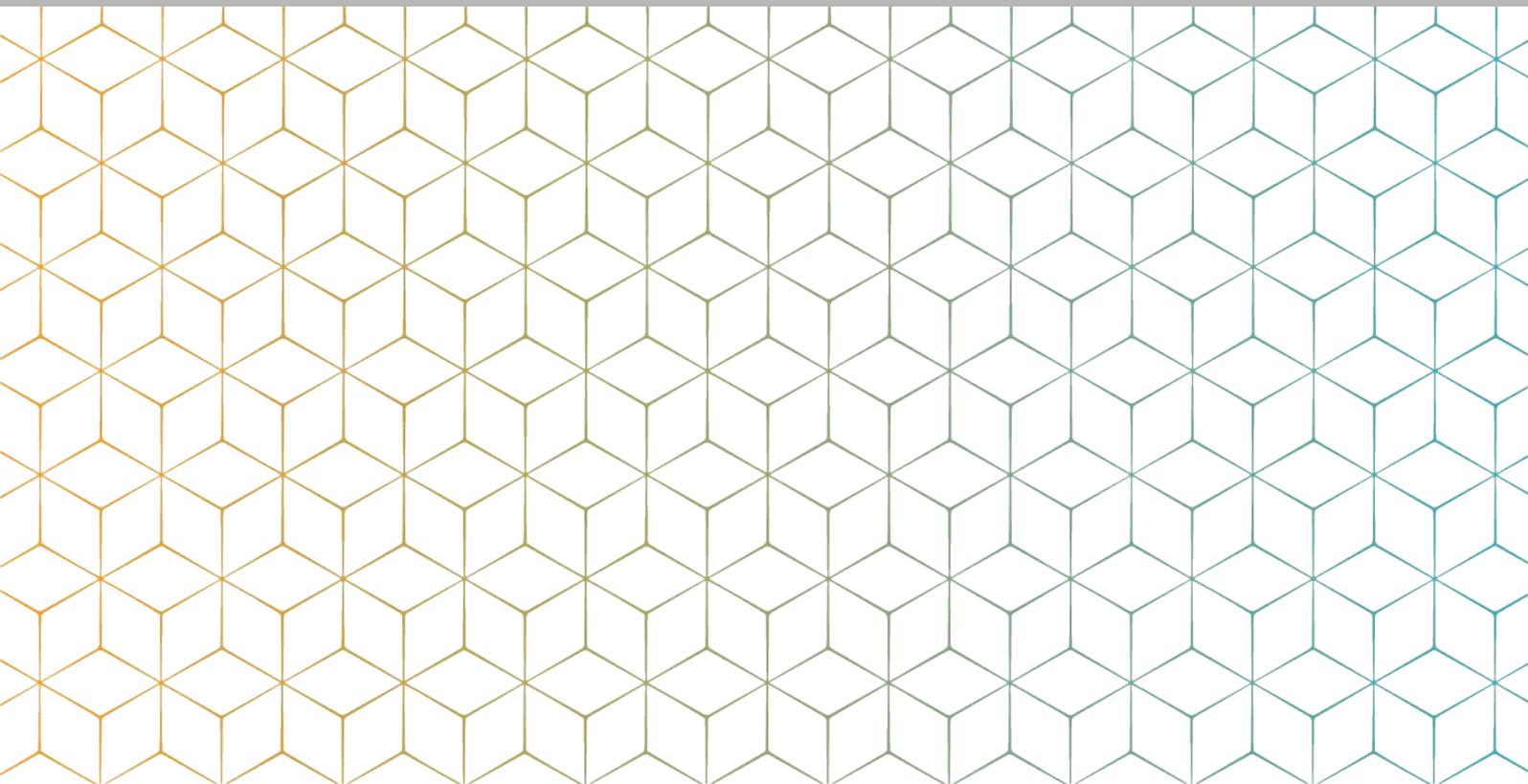


Em dezembro, após o ataque digital que derrubou os sistemas de coleta e disponibilização de dados-chave para resposta à pandemia do Ministério da Saúde, o Fórum produziu [uma nota pública](#) cobrando transparência sobre as causas do ataque e as medidas a serem adotadas para restabelecer os sistemas de dados.

Em parceria com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a TB produziu uma análise sobre o impacto da pandemia sobre os riscos de corrupção no Brasil. O artigo foi publicado em agosto pelo [Center for International Private Enterprise \(CIPE\)](#), como parte do estudo de caso "Covid-19 and corruption in Latin America: the Pandemic's Impact on Corruption Risks in Mexico, Brazil, and Argentina". A flexibilização das regras para licitações e contratos relacionados à contenção da pandemia no país por meio da [Lei 13.979/2020](#) é o ponto central do texto, cuja autora principal é Bianca Berti, analista de transparência e integridade na TB.

Face às limitações trazidas pela pandemia para a educação pública, a TB lançou a plataforma [VacinaEdu](#), que disponibiliza dados do ritmo da vacinação dos profissionais da Educação como forma de controle social do retorno seguro às aulas presenciais. Complementarmente, foi lançado o **Edu, um chatbot para reunir informações sobre a segurança sanitária na rede pública**. Por meio da ferramenta, que ganhou destaque no [Jornal Nacional](#) e no [UOL](#), estudantes, pais e professores podem apontar se estão sendo tomadas medidas como ventilação de ambientes, uso correto de máscaras e distanciamento entre pessoas. A TB estabeleceu uma parceria com o Mapa Educação para amplificar o uso do chatbot, que funciona por meio do WhatsApp.

Em outra frente, os dados da plataforma [Tá de Pé: Compras Emergenciais](#) confirmaram a aquisição de [medicamentos ineficazes para o tratamento da covid-19](#) por prefeituras do Rio Grande do Sul e Pernambuco, à revelia das pesquisas científicas conclusivas sobre a ineficácia de tais medicamentos no tratamento da covid-19.



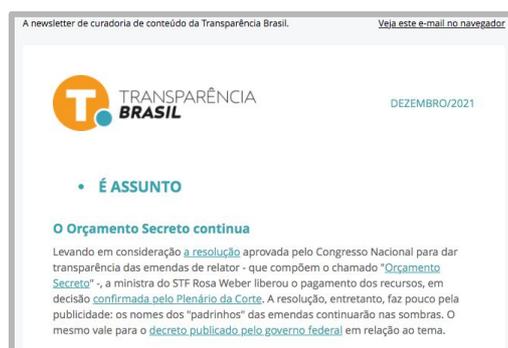
COMUNICAÇÃO

A partir da finalização do planejamento de comunicação institucional e do processo de atualização de sua marca em janeiro, a Transparência Brasil passou a contar com uma área dedicada à Comunicação. A equipe, composta por uma gerente e uma analista especializada, dedica-se a desenvolver e fortalecer a marca da TB nas redes sociais e manter a comunicação externa estruturada.

A comunicação via newsletter da organização ganhou um novo formato: ao invés de apenas uma produção mensal, a partir de junho passaram a ser duas: a "Ponto TB" traz as atividades institucionais, enquanto a "Radar TB" oferece a curadoria crítica de conteúdos do momento relacionados às áreas de atuação da Transparência Brasil, indicações de eventos e dicas da equipe.



Newsletter Ponto TB sobre assuntos institucionais.



Newsletter Radar TB sobre curadoria de conteúdos e indicações de eventos.

A reformulação das newsletters e estruturação dos conteúdos resultou em uma taxa de abertura média de 28,3%, acima da taxa [considerada](#) "muito boa" para organizações do terceiro setor (20%). Com quatro ações voltadas à captação de leads ao longo do ano (Caixa Aberta, inscrições em webinar LAI sem dúvidas, lançamento do repLAI), o número de inscritos na newsletter aumentou 74,8%.

Mailerlite	Novos inscritos	684
	Saídas da lista	149
	Emails enviados	48
	Média de taxa de abertura	Aprox 28%

A reformulação das newsletters e estruturação dos conteúdos resultou em uma taxa de abertura média de 28,3%, acima da taxa [considerada](#) "muito boa" para organizações do terceiro setor (20%). Com quatro ações voltadas à captação de leads ao longo do ano (Caixa Aberta, inscrições em webinar LAI sem dúvidas, lançamento do repLAI), o número de inscritos na newsletter aumentou 74,8%.

Como parte da mesma estratégia, a presença da organização nas redes sociais ganhou consistência. Investiu-se em manter a publicação rotineira de conteúdos com unidade visual seguindo as cores da nova marca, especialmente no Facebook e no Instagram.

A mudança foi mais visível neste último, onde havia um sub-aproveitamento do potencial da TB para engajamento e alcance. Em relação a 2020, o alcance do perfil aumentou 304,4% e as visitas ao perfil aumentaram 38,6% em 2021.

Instagram	Sobre a página	
	Seguidores novos	1468
	Visitas ao perfil	9.074
	Publicações feitas	132
	Sobre o conteúdo	
	Compartilhamento	412
	Contas alcançadas	1.988.223 mi
	Curtidas	3254

No Facebook, que até 2020 era a principal vitrine da TB nas redes sociais, houve uma queda na exposição (as visitas ao perfil caíram 45,8% e as novas curtidas caíram 50,4%), mas o conteúdo produzido alcançou mais contas (o alcance da página aumentou 326%).

Facebook	Sobre a página	
	Curtidas na página	850
	Descurtidas na página	1212
	Crescimento da página	-362
	Sobre o conteúdo	
	Contas alcançadas	2.481.600 mi
	Compartilhamento	365
	Cliques em link	550
Comentários	104	

A abordagem no Twitter foi ligeiramente diferente, de acordo com o próprio diferencial da plataforma: além do conteúdo publicado nas outras redes, o perfil passou a publicar mais frequentemente, especialmente comentários sobre fatos quentes e "fios" de conteúdo (postagens interligadas com informações sobre um tema específico). A prática levou ao aumento da inserção da TB no debate público: o alcance da página aumentou 22% em relação a 2020.

Twitter	Sobre a página		
	Ano	2020	2021
	Seguidores novos	2396	864
	Saída de seguidores	0	212
	Visitas ao perfil	8891	48.745
	Sobre o conteúdo		
	Tweets feitos	220	802
	Contas alcançadas	929.500	1.139.100
	Menções a conta da TB	585	1932

A presença na mídia aumentou consideravelmente: foram **535 menções em jornais, telejornais e sites noticiosos** - mais que dobrou em comparação com o ano anterior.

Clipping	Menções nas mídias		2021	2020
	Menções totais		535	249
	Menções internacionais		4	1
	Menções Nacionais		531	248
	Mídia com maior menção	Portais online		Portais online
	Conteúdo das menções			Números
	Tema mais mencionado	Lei de acesso a Informação		197
	Projeto mais mencionado	Achados e Pedidos		85
	Relatório mais mencionado	Professores e Territórios		37

No primeiro semestre, dois destaques na televisão em rede nacional: a repercussão da campanha [Caixa Aberta](#), desenvolvida com parceiros com o objetivo de ampliar e melhorar a transparência sobre a vacinação contra covid-19; e a [cobertura do relatório](#) "Tá de Pé Obras 2020", que ressaltou a quantidade de obras paralisadas que foram financiadas pelo FNDE.



Também na TV, mas em escala local, a revelação da diferença salarial entre professores da capital paulista que atuam em áreas centrais e periféricas foi [repercutido pelo SP2](#).

No segundo semestre, os destaques televisivos foram a divulgação, no Jornal Nacional, do [Chatbot Edu](#); e a repercussão do balanço sobre o atendimento a pedidos via Lei de Acesso a Informação pelo governo federal [na GloboNews](#) e [no Jornal Hoje](#).

No meio impresso, a Folha de S.Paulo [deu destaque](#) ao levantamento inédito sobre o uso da LGPD por órgãos federais para negar acesso a informações; e o [Estadão](#), à análise do projeto Achados e Pedidos sobre a transparência no Ministério do Meio Ambiente.



A Transparência Brasil foi chamada como fonte especializada em produções jornalísticas sobre temas em alta como: a [suspeita de corrupção](#) na negociação de vacinas da Covaxin; o decreto do governo federal que buscou dar [mais transparência](#) às emendas de relator que compõem o Orçamento Secreto; e o [ataque digital](#) ao Ministério da Saúde.



Na categoria de artigos publicados em meios de comunicação, destaque para "[Enquanto a saúde colapsa, dados seguem escondidos](#)" publicado na Folha e assinado pelo diretor-executivo Manoel Galdino com Fernanda Campagnucci, da Open Knowledge Brasil e Laila Bellix, do Laboratório Anticorrupção da Purpose; "[Nem toda corrupção é igual](#)", contribuição do diretor-executivo Manoel Galdino para a coluna INAC do Estadão e o texto publicado no portal Nexo sobre o [uso de dados para aprimoramento de políticas públicas](#), produzido pela analista de transparência Bianca Berti e pela diretora de operações Juliana Sakai.

Campanhas

Ao longo do ano, a Transparência Brasil liderou duas campanhas de comunicação em redes sociais, em conjunto com outras organizações.



CAIXA ABERTA

Campanha criada para promover o pedido de informação por informações consolidadas e confiáveis sobre a vacinação contra a covid-19.

A campanha foi iniciada em dezembro de 2020 e seguiu no ar até maio de 2021, com o objetivo de incentivar usuários da internet a assinarem um abaixo assinado pressionando o governo sobre as informações incompletas. O projeto foi desenvolvido pela Transparência Brasil em parceria com a Open Knowledge, Abraji, Observatório Covid 19, Transparência Internacional Brasil, Rede de Pesquisa Solidária e o Laboratório Anticorrupção da agência Purpose Brasil.

MINHA ESCOLA CHEECK

Campanha desenvolvida para divulgar o Chatbot Edu, o robô do WhatsApp criado pela TB para coletar dados sobre a situação estrutural e recursos sanitários que poderiam ser usados para um retorno seguro às aulas, além de classificar escolas públicas de acordo com o nível de segurança sanitária de cada uma.

O público-alvo são alunos da rede pública de ensino de 14 a 18 anos de todo o Brasil e foi lançada em outubro, com apoio da instituição Mapa Educação.



Eventos

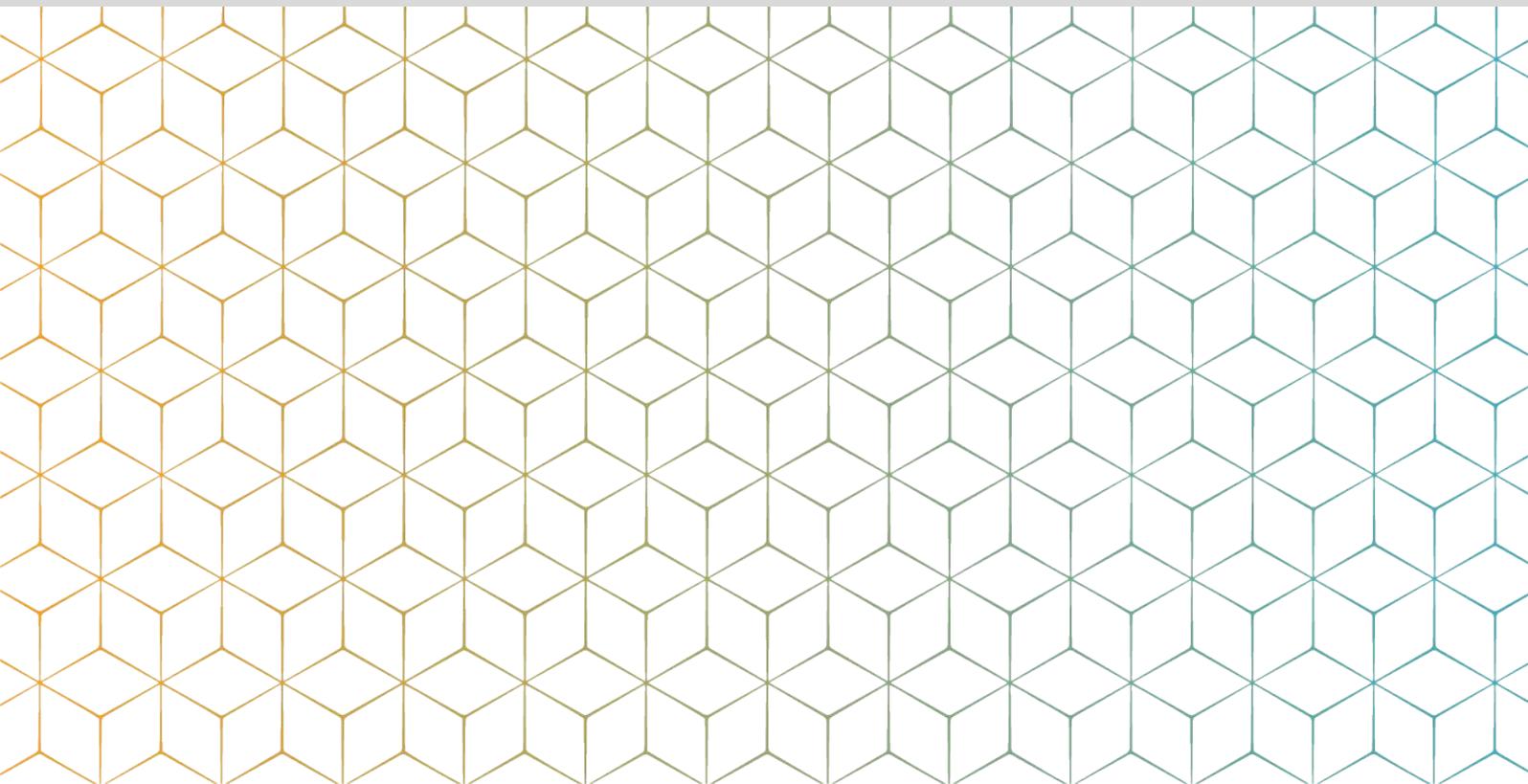
Em 2021, a Transparência Brasil co-organizou, com a Controladoria-Geral da União (CGU), a Conferência Internacional de Comissários de Informação (ICIC, na sigla em inglês). O evento deveria ter sido realizado em 2020 em Brasília, mas em virtude da pandemia foi adiado e realizado remotamente em 2021.

O foco da atuação da TB no evento foi a realização de uma programação voltada à sociedade civil. Foram quatro workshops em junho sobre a relação do direito de acesso a informação com outros direitos (liberdade de imprensa, acesso a serviços públicos, privacidade e proteção de dados). Os temas foram definidos por meio de votação na comunidade de transparência global.

Ao final dos eventos, foi produzida uma carta aberta da sociedade civil aos comissários de informação, que foi entregue ao Comitê Coordenador do ICIC na plenária dos encarregados de informação.

A TB promoveu, ainda, três webinars: "[Desafios de governança e riscos no uso de inteligência artificial pelo governo](#)" (fevereiro); o lançamento da versão de Pernambuco da plataforma Tá de Pé (junho); e "[LAI, sem dúvidas](#)" (setembro).

Em eventos externos, além das audiências públicas mencionadas em outras seções deste relatório, a TB esteve presente na Semana da Inovação (como convidada em uma das mesas e como organizadora de outra, ambas sobre uso de inteligência artificial pelo poder público) e no Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, realizado pela Abraji.



FINANÇAS

Receitas

Doação (Ford Foundation)	R\$ 385.778,80
Doação (Tinker Foundation)	R\$ 206.423,64
Doação (Instituto Galo da Manhã)	R\$ 180.000,00
Doação (NED)	R\$ 169.609,60
Doação (Instituto Betty & Jacob Lafer)	R\$ 140.400,00
Doação (ICNL)	R\$ 53.220,05
Doação (IBGC)	R\$ 30.000,00
Doação (RACI)	R\$ 21.788,59
Gestão de fundos	R\$ 14.134,08
Doação (pessoas físicas)	R\$ 13.798,83
Rendimentos financeiros	R\$ 10.114,54
Doação (Abril Comunicações S/A)	R\$ 4.274,18
Total	R\$ 1.229.542,31

Despesas

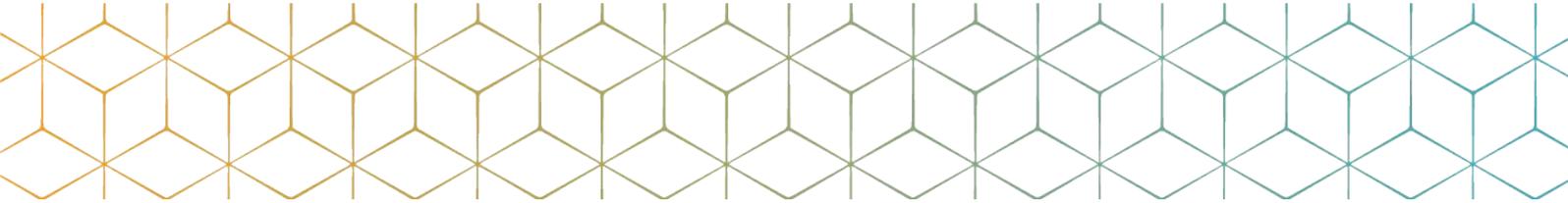
Pessoal	R\$ 783.731,09
Custos indiretos	R\$ 74.687,19
Parceiros e fornecedores	R\$ 212.117,01
Auditoria (2020 e 2021)	R\$ 17.233,00
Comunicação	R\$ 46.997,22
Total	R\$ 1.134.765,51

Superávit

R\$ 94.776,80

Saldo em caixa

31/12/2020	R\$ 518.110,73
31/12/2021	R\$ 613.607,93



ASSOCIADOS E DOADORES

Abril Comunicações S/A

Christianne de Carvalho Stroppa

Cícero Eduardo Rodrigues Garcia

Daniel Aguiar Espínola

Fadlo Haddad

Fernanda Evelin Soares Camarço

Fernando Moura

Giovani Meneghel

Gustavo Rocha Pereira de Souza

Henriette Krutman

Herberson Silva Miranda

Jaime Lasevitz

Jussara B Lauer

Luiz Andre Costa

Marcelo Beraba

Marcos Ap T Grego

Maria Do Carmo de Mattos

Tambellini Feijo

Mateus Antunes Braga

Milton José Zenatti Roman Ross

Robson Mancini

Tulio Leirias

FINANCIADORES

Tinker
Foundation

 **FORD**
FOUNDATION

Instituto
Betty e Jacob
Lafer

ICNL
INTERNATIONAL CENTER
FOR NOT-FOR-PROFIT LAW

ibgc instituto
brasileiro de
governança
corporativa


INSTITUTO GALO DA MANHÃ

 **NED** | NATIONAL
ENDOWMENT
FOR
DEMOCRACY
SUPPORTING FREEDOM AROUND THE WORLD

RACI
COOPERACIÓN QUE FORTALECE